



COLÔMBIA

Tribunal especial criado após acordo de paz com as Farc sentença 12 militares reformados por 135 assassinatos e desaparecimentos forçados. Corte pune ex-líderes da guerrilha com pena máxima

Acerto de contas com o passado

» RODRIGO CRAVEIRO

Pela primeira vez na história, a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), tribunal criado depois do acordo de paz com a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), em 2016, condenou à pena máxima 12 militares reformados pela execução e pelo desaparecimento de civis apresentados como guerrilheiros mortos em combate. Apesar de ser um acerto de contas com a Justiça colombiana e com o passado, a decisão da JEP foi recebida com reservas por familiares das vítimas.

“Nada neste mundo vai reparar o dano causado, mas o grande trabalho da JEP, ao conseguir demonstrar a prática sistemática, permitiu que os réus ficassem frente a frente e admitissem esses crimes. Desde 2016, sabíamos que a máxima condenação seria de 20 anos. No entanto, também sabíamos que, com suas influências, esses militares receberiam penas mínimas”, desabafou ao **Correio** Jacqueline Castillo, presidente da organização não governamental Madres Falsos Positivos de Colombia (Mafapo) — “falsos positivos” é o termo dado pela sociedade colombiana ao envolvimento de militares nos assassinatos de civis.

Os 12 militares reformados, incluindo dois coronéis, terão que passar os próximos oito anos prestando serviços de reparação às famílias das vítimas. Durante o julgamento, eles confessaram envolvimento em 135 assassinatos e desaparecimentos forçados entre 2002 e 2005, na costa caribenha da Colômbia. No braço direito da colombiana María Doris Tejada Castañeda, 75 anos, uma tatuagem se destaca como um clamor por justiça e uma declaração de amor. Entre as nuvens, as palavras “Mi ángel” (“Meu anjo”) sobre o desenho do rosto do filho. Óscar Alexander Morales desapareceu quando tinha 26 anos, em 31 de dezembro de 2007. Tornou-se um “falso positivo”.

A mãe de Óscar critica a atuação da JEP. “Ela foi criada para amparar as vítimas, mas acabou por amparar os militares, porque eles praticamente nada pagaram pelos crimes. Não estamos muito contentes, pois os militares não foram obrigados a dizer a verdade. A única coisa com o que estou de acordo é porque a JEP apoiou-me para que a cova coletiva onde estava o corpo do meu filho recebesse proteção e fosse exposta à opinião pública”, disse ao **Correio**. “Todos os corpos foram retirados do local. O cadáver do meu filho me foi entregue no ano passado, depois de 16 anos de buscas.”

Joaquín Sarmiento/AFP



Familiares de vítimas de execuções extrajudiciais participam de audiência na Jurisdição Especial para a Paz, em Cáli, em 2023



O cadáver do meu filho me foi entregue no ano passado, depois de 16 anos de buscas

María Doris Tejada,
mãe de Óscar Alexander Morales

Arquivo pessoal



Na terça-feira, a mesma JEP sentenciou, também de forma inédita, líderes das Farc a trabalhos sociais e outras penas alternativas à prisão pelos sequestros de 21 mil pessoas na Colômbia. Sete ex-guerrilheiros, incluindo o comandante Rodrigo Londoño “Timochenko”, receberam a pena máxima. Segundo a agência de notícias France-Presse (AFP), eles serão obrigados a realizar ações em prol da dignidade das vítimas e terão a mobilidade restringida.

Para Andrés Macías Tolosa, professor da Faculdade de Finanças, Governo e Relações Internacionais da Universidad Externado de Colombia, a diferença entre as penas anunciadas para o caso dos “falsos positivos” e dos sequestros pelas Farc mostra-se irônica. “Parece haver um desequilíbrio em matéria de sentença. A responsabilidade e os aportes à verdade são semelhantes, e creio que isso seja o mais valioso de todo o processo, mas as penas não

são balanceadas”, afirmou à reportagem. No entanto, Tolosa reconhece a primeira condenação das lideranças das Farc como um desdobramento “muito importante”. “O processo demorou e sofreu alguns questionamentos, mas trata-se da primeira sentença sob o marco da justiça transicional assinada em 2016, que abriu caminho para o desarmamento do principal grupo guerrilheiro da Colômbia”, avaliou.

Tolosa lembrou que, não se pode ignorar o fato de que a sentença foi proferida no âmbito da justiça transicional. “Por isso, não se pode esperar que tenha as mesmas implicações de uma sentença proferida no âmbito de um ordenamento jurídico regular. Pode parecer absurdo que, após tantos anos de sequestros, os membros da liderança não recebam uma punição exemplar, com todo o peso da lei. No entanto, o acordo firmado com eles estabeleceu essa sentença como a punição que poderiam receber, desde que concordassem em contar toda a verdade sobre o que aconteceu durante o conflito armado.”

ORIENTE MÉDIO

Eyad Baba/AFP



Palestinos se movem do campo de refugiados de Nuseirat para o sul

Blindados e caças mantêm bombardeios à Cidade de Gaza

O cenário é de horror. À beira do Mar Mediterrâneo, milhares de baracas amontoadas de palestinos forçados a se deslocar por várias vezes, em busca de um lugar seguro que não existe. Os tanques e os caças de Israel voltaram a bombardear a Cidade de Gaza, onde 1 milhão de pessoas viviam até o fim de agosto. Em menos de um mês, mais de 250 mil partiram em fuga. Ontem, uma corrente humana seguia para o sul do território palestino, imerso em dois anos de guerra. A pé ou em carroças puxadas por burros, muitas famílias levavam seus poucos pertences. Os militares israelenses anunciaram a abertura de “uma rota de passagem temporária pela estrada Salah al Din”, que atravessa o centro da Faixa de norte a sul. O corredor, no entanto, permanecerá aberto apenas até meio-dia de hoje pelo horário local (6h no horário de Brasília).

“Multidões por toda parte, o estrondo das explosões, mulheres e homens chorando e gritando enquanto caminhavam, carregando seus pertences”, relatou à agência France-Presse (AFP) Shadi Jawad, de 47 anos, que deixou sua casa na quarta-feira com sua família. No caminho, ele diz que ergueu os olhos para o céu e orou: “Meu Deus, envie um míssil para nos levar e aliviar nosso sofrimento”.

O diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que “a incursão militar e as ordens de evacuação no norte de Gaza estão provocando novas ondas de deslocamentos, o que obriga famílias traumatizadas a buscar refúgio em uma área cada vez menor e inadequada para a dignidade humana”. “Os hospitais, sobrecarregados, estão à beira do colapso, já que a escalada da violência bloqueia o acesso e impede a OMS de entregar suprimentos vitais”, acrescentou.

Novo veto

Os Estados Unidos vetaram novamente, no Conselho de Segurança da ONU, uma resolução de cessar-fogo na Faixa de Gaza, blindando Israel, seu aliado, de uma significativa pressão diplomática. Os outros 14 membros apoiaram a resolução, iniciada em agosto, em resposta à declaração oficial de fome extrema no enclave palestino. “Os Estados Unidos rejeitam esta resolução inaceitável. Já é mais do que hora de o Hamas libertar cada um dos reféns e se render imediatamente. Os Estados Unidos continuarão trabalhando com seus parceiros para pôr fim a este conflito horrível”, disse Morgan Ortagus, enviada de Washington às Nações Unidas, antes do veto americano. “Esta resolução não reconhece a realidade sobre o terreno, o fato de que houve um aumento significativo do fluxo de ajuda humanitária”, justificou ela.

O texto da resolução, ao qual a AFP teve acesso, exigia “um cessar-fogo imediato, incondicional e permanente em Gaza, respeitado por todas as partes”, assim como a libertação imediata e incondicional dos reféns.

O embaixador israelense Danny Danon denunciou que o projeto “não condenava o Hamas”. “Isto não é diplomacia, é capitulação”, reagiu o representante do governo de Benjamin Netanyahu. “Perdoem-nos porque este Conselho não pôde salvar seus filhos”, disse, por sua vez, o embaixador da Argélia, Amar Bendjama, ao se dirigir à população de Gaza. “Perdoem-nos porque o mundo fala de direitos, mas nega os seus, os de vocês, palestinos”.

ESTADOS UNIDOS

Trump ameaça revogar licenças de emissoras

Robyn Beck/AFP



Jimmy Kimmel é conhecido pelo humor ácido: suspensão de programa chocou o país

Depois de celebrar a suspensão do programa do humorista Jimmy Kimmel pela rede de televisão americana ABC, o presidente Donald Trump ameaçou revogar as licenças das emissoras que foram “contra” ele. “Li em algum lugar que as redes estavam 97% contra mim, novamente, 97% negativas. Ainda assim, eu ganhei, e facilmente, em todos os sete estados indecisos”, disse o republicano, ao citar o triunfo nas eleições de 2024. “Elas (emissoras de TV) só me dão publicidade negativa, imprensa. Quer dizer, elas estão conseguindo uma licença. Eu acho que, talvez, a licença delas devesse ser retirada”, acrescentou, durante entrevista concedida a repórteres a bordo do Air Force One, o avião presidencial, ao retornar da Europa. “Quando você tem uma emissora e você tem shows noturnos, tudo o que fazem é bater em Trump”, concluiu.

As declarações do titular da Casa Branca representariam uma ameaça à Primeira Emenda da Constituição, de 1791, a qual prevê proteção de interferência governamental a cinco direitos fundamentais: a liberdade de religião, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de associação pacífica e o direito à petição ao governo. Ontem, Trump também alfinetou Kimmel. “Pode-se dizer que se trata de liberdade de expressão, ou não, (mas) ele foi demitido por falta de talento”, afirmou.

A punição a Kimmel teria sido provocada por um comentário sobre a morte do ativista conservador Charlie Kirk, aliado de Trump e cofundador do movimento Turning Point USA. “Esse pessoal do Maga (‘Make American Great Again’) está desesperadamente tentando caracterizar esse

cara que matou Charlie Kirk como qualquer coisa, menos um deles”, afirmou em seu programa. Trump considerou a suspensão, anunciada na noite de quarta-feira, uma “excelente notícia para os Estados Unidos”. Quase ao mesmo tempo, ele informou que passaria a tratar a Antifa, grupo

difuso da esquerda radical, como “organização terrorista”.

Pouco antes de viajar à Europa, Trump também divulgou que entrou com um processo de US\$ 15 bilhões (ou R\$ 80 bilhões) contra o jornal *The New York Times*. A ação judicial e a punição a Kimmel indignaram a esquerda e receberam críticas, inclusive, do ex-presidente Barack Obama. “Depois de anos reclamando sobre a cultura do cancelamento, a atual administração levou isso a um novo e perigoso nível, ao ameaçar rotineiramente empresas de mídia com medidas regulatórias caso não silenciem ou demitam repórteres e comentaristas de que não gosta”, declarou o democrata.

Antifa

Autor de *Antifa: The Anti-Fascist Handbook* (“*Antifa: O manual anti-fascista*”) e professor de história na Universidade Rutgers (em Nova Jersey), Mark Bray disse que a Antifa “não é terrorista nem uma organização única”. “Existem vários grupos antifa, mas a Antifa em si não é um grupo. Trump e outros políticos republicanos pediram isso em diversas ocasiões nos últimos 8 anos, e nada aconteceu. Parece ter sido apenas uma forma de mostrar à sua base eleitoral que ele é duro contra a esquerda. Agora isso pode mudar. Poderia ser usado como um termo abrangente para reprimir a esquerda como um todo”, advertiu ao **Correio**. (Rodrigo Craveiro)